

POR QUE ENSINAR A FILOSOFIA ? *

Maurice Lagueux

Universidade do QUÉBEC

(tradução de Maria Teresa Penteadó Car-
tolano, da Universidade Estadual de Cam-
pinas)

Tem-se discutido muito, até demais, sobre o sentido e o interesse da atividade filosófica. É tempo de parar de filosofar sobre a filosofia e de passar a justificá-la antes pelos resultados do que com sutilezas de argumentação. Essa consideração proibiria qualquer outra "démarche" desse tipo se somente a interrogação sobre a compreensão do ensino da filosofia não colocasse tantos problemas urgentes e concretos que estão longe de estarem resolvidos. Não é preciso repetir que nos falta, no Québec, uma produção filosófica; mas sua aparição maciça não eliminaria o problema que será estudado aqui, pois que na França, por exemplo, onde essa produção é, em geral, considerada como bastante respeitável, o problema não vem sendo debatido com menos vigor.¹

Um fato servirá de ponto de partida à presente reflexão: o Ministério da Educação consagra milhões para financiar uma atividade acadêmica pela qual alguns intelectuais entre os mais respeitados não escondem seu desprezo, e que é, além disso, uma atividade da qual nenhum dos que são remunerados para praticá-la pode — se pretende falar em nome de todos seus colegas — dizer a quem ela serve ou que benefícios traz aos estudantes aos quais é imposta. De fato, os críticos de arte, os sociólogos ou os historiadores podem muito bem questionar os métodos ou algumas maneiras de apresentar sua disciplina, mas diante do público, em todo caso, eles se apresentam de maneira pouco equívoca como se fossem os melhores qualificados para estudar as obras de arte, os conjuntos sociais ou o passado do homem. Esse público poderá esperar deles, que respondam às questões legítimas concernentes ao seu objeto, assim definido grosso modo. Poder-se-ia, com certeza, dissertar longamente sobre este assunto, mas não deixar de observar que, em filosofia, não se tem os mesmos recursos. Dir-se-á que os filósofos são os mais qualificados para falar do ser ? Essa questão fará sorrir uma boa parte dentre eles. Dir-se-á, antes, que eles estão qualificados para se pronunciar sobre toda questão ? Isso fará rir

*Extraído de POURQUOI LA PHILOSOPHIE, Presses de l'Université du Québec, coll. Les Cahiers de l'Université du Québec, Québec, 1970. A presente tradução introduz pequenas alterações com relação ao texto original, sugeridas pelo autor em carta dirigida ao tradutor; estas alterações, no entanto, não modificam substancialmente o conteúdo original. (Nota do tradutor.)

todo mundo. Talvez, então, torne a cair em si, para dizer que os filósofos são aqueles que podem falar com competência de outros filósofos? Já os sentiremos mais à vontade, mas os veremos reagir apressadamente contra o que reduziria singularmente a dimensão de sua atividade: por que estudar os filósofos por eles mesmos? Se eles o merecem por causa da importância de seus atos ou da importância literária de seus escritos, não caberia seu estudo à história geral ou à história literária? Dir-se-á talvez nesse caso que se trata de aprender, no contato com eles, o rigor do pensamento. Novamente os filósofos ficarão de um lado, bastante constrangidos, pois o rigor de pensamento não é sempre a qualidade que os distingue de seus confrades homens de ciência.

Poder-se-ia continuar, assim, esta série de hipóteses, o que seria inútil, pois cada um de nós, que oferecemos à sociedade nossos serviços de filósofos, pudemos sentir neste plano um indiscutível mal-estar mas, uma vez passada a hora da verdade, mergulhamos de novo, cada qual numa atividade filosófica; um dedicando-se com frenesi a denunciar as contradições em Aristóteles; outro a mostrar que Descartes queria dizer no fundo, o contrário do que efetivamente disse; um terceiro fazendo da obra de Merleau-Ponty um resumo quase ininteligível para quem não tenha lido e compreendido bem o original; outros, mais ousados, preferirão martelar alguns paradoxos dos quais os mais hábeis serão aqueles que poderão divertir uma assistência esclarecida; outros chegarão a se engajar, a tomar posição (muitas vezes, entre os últimos a fazê-lo) sobre os problemas que agitam a sociedade; muitos, reconhecêmo-lo, farão pesquisas de incontestável interesse, mas nada disso permite superar o mal-estar que afeta a filosofia enquanto disciplina.

Uma vez que ninguém está autorizado a responder por todos, cada um deve dizer, quando tem a ocasião disso, qual é a sua reação pessoal diante desse mal-estar que afeta seu próprio "métier" não sem esperar, todavia, que depois, de tantos debates chegue-se a clarificar as diversas posições possíveis.²

Tentarei então, de minha parte, responder a essas questões sem usar muitas palavras. Por isso, reconheçamos inicialmente que:

— a filosofia não é uma ciência. Certamente, o filósofo é um "sábio", no sentido que sua camareira dá a essa palavra, mas não o é no sentido que se atribui geralmente a essa palavra nos meios intelectuais.

O filósofo não estuda um objeto em particular do qual seria o especialista respeitado. Não estuda nada (salvo o pensamento de seus pares) que já não tenha sido estudado por um especialista mais prudente que ele.

Não pode, também, tirar partido de um “método” próprio que compensaria a impossibilidade de definir seu objeto. Cada filósofo, muito ao contrário, sente a necessidade de definir de todos os modos o seu método pessoal ou, em todo caso, de reajustar a seus fins o que toma emprestado aos outros. (Sem dúvida poder-se-ia observar aqui, que o sábio também não tem um único “método”, mas ele sabe que os diversos métodos de que dispõe lhe permitem responder aos diversos problemas aos quais estão adaptados. Não há para ele nada de comparável à imprecisão metodológica da filosofia).

— a filosofia não é uma “super-ciência”: evidentemente, o filósofo não pode esperar fazer uma espécie de síntese das diversas ciências, invocando o patrocínio de Pic de la Mirandole. Em nossa época, em particular, tal ideal permanece um sonho. Não basta não dominar nenhuma ciência em particular para se dar o direito de julgá-las todas. A enciclopédia é tarefa para equipes de sábios e não de filósofos. Aliás, nesse sentido, é preciso congratular-se por ver nascer hoje a pesquisa interdisciplinar que permite harmonizar bem melhor que pela intervenção forçosamente superficial dos filósofos, os resultados obtidos pelas diversas disciplinas especializadas.

— a filosofia não pode ser simplesmente qualificada de sensatez. Talvez seja esta a maneira válida de caracterizá-la. Mas, concretamente, em nosso contexto, quais filósofos ousariam dizer-se mais “sensatos” que os comuns dos mortais ? Quem são os que seriamente podem dizer a seus alunos e com eles, adquirirão a sabedoria ? E, além disso, a que conduz a “sensatez” dos filósofos quando ela encontra alguma aplicação ?

Não é, pois, em referência à idéia de ciência, de sabedoria de vida ou a outra coisa desse gênero, que será possível responder às questões que se colocam à propósito da pertinência da atividade filosófica. Vale mais examinar sucessivamente cada uma dessas questões e procurar esclarecê-las a partir de exemplos concretos.

O QUE CARACTERIZA A “DÉMARCHE” FILOSÓFICA ?

Coloquemos, como primeira aproximação, que fazer obra filosófica, é esforçar-se por dispor num conjunto com toda a coerência intelectual os diversos aspectos da experiência humana. Essa aproximação imperfeita vai-nos ajudar a ser precisos quando nos dedicarmos a uma questão propriamente filosófica. Tomemos um exemplo: diversas ciências (genética, psicologia, psicanálise, sociologia etc.) colocam em questão nossa repre-

sentação da liberdade humana. Nenhuma dessas ciências, todavia, pretende, por razões de método, estudar essa questão direta e exaustivamente. Isto quer dizer que caberia ao filósofo fazer a síntese dos dados dessas ciências? De modo algum, se se é fiel ao que foi lembrado acima: o filósofo não tem objeto próprio, nem pode erigir-se em super-saber nem dedicar-se a compilar resultados. Para o filósofo como para todos seus contemporâneos esses dados científicos constituem alguns dos aspectos da experiência humana de todo homem desse século; poder-se-ia falar de alguma coisa como das bases culturais que fazem com que não possamos viver neste século sem que toda nossa maneira de pensar e todo nosso comportamento sejam marcados por elas. Esses dados científicos são, aliás, apenas um aspecto dessa experiência humana, do mesmo modo que as repercussões da situação social e do modo político, que as sedimentações da cultura estética, da interrogação moral e talvez religiosa; em suma, do mesmo modo que tudo o que a vida cotidiana e social de cada um comporta de instrução.

Mergulhado, como todo homem, no interior destes dados de caráter contraditório, como, por exemplo, as dificuldades colocadas pelas ciências à idéia de liberdade e do sentido agudo da responsabilidade humana, o filósofo é, simplesmente, aquele que recusa apenas registrar essa contradição e nada mais. Dir-se-á que tudo depende, no exemplo citado, do que eu entendo ao certo, por liberdade e por responsabilidade. Com efeito, há muitas maneiras de conciliar respeito à ciência e sentido da responsabilidade mas, o essencial para o presente propósito é, na verdade, perceber que o próprio da "démarche" filosófica é tentar, no plano intelectual, essa integração da experiência humana. Tal "démarche" parece, talvez, banal. Na verdade, ela constitui somente o começo de uma problemática filosófica que tenderá a ampliar-se e a complexificar-se. A coerência visada jamais será plenamente atingida, e, antes, um difícil equilíbrio que será preciso reajustar constantemente, confrontar sempre a novos dados que perturbam, imperceptivelmente, aquilo que se acreditava estabelecido. O processo desdobrar-se-á talvez ao infinito, mas todo esse laborioso esforço, e aqui é isso o que importa, parece-me apenas uma tentativa exigente para fazer coabitar em nós, sem atenuá-los, os dados brutais da experiência humana.

Poder-se-ia, evidentemente, delinear da mesma maneira a gênese das grandes questões filosóficas (alcance do conhecimento, noção de verdade, caracteres da subjetividade, da temporalidade e da espacialidade, estatuto dos valores, noção de objetividade, de realidade etc.) a partir do confronto cotidiano dos dados elementares da experiência humana. Embo-

ra não haja nisso nada de muito admirável, é necessário chamar a atenção para essa gênese, no momento de discutir as questões aqui em causa.

Seria igualmente muito simples de mostrar como, no curso da história, os chamados grandes filósofos foram homens que buscaram adotar uma atitude intelectual coerente a respeito dos principais aspectos de sua experiência de homem de sua época.

É sempre difícil extrair uma constante da história da filosofia; contudo, se os grandes empreendimentos filosóficos parecem tão heterogêneos, talvez isso resulte em larga escala, do fato de pretenderem dar coerência intelectual a experiências humanas muito diferentes. Hoje, na realidade, a vida não nos apresenta as mesmas contradições que aos homens da Antigüidade, da Idade Média ou mesmo do século XIX, mas nossa obsessão de vê-las assumidas na e pela reflexão filosófica não é menos imperiosa. Sem aliás, exaltar uma visão relativista da história do pensamento, que suporia que nada das diversas experiências humanas próprias a cada época é comunicável, compreende-se, nesta perspectiva, que se se pretende caracterizar o que se entende por “filosofia”, é preciso contentar-se com uma aproximação da ordem da que se propõe aqui. É preciso, contudo, ir mais longe e perguntar:

COMO PROCEDERÁ O FILÓSOFO ?

Com efeito julgar-se-á bastante vaga essa primeira aproximação. Os filósofos buscaram certamente, a coerência de que falei, mas que isso quer dizer ? Todo homem procura, tanto quanto possível evitar a incoerência; qual é, então, a contribuição própria do filósofo se negamos à sua “démarche” o caráter científico e apodítico que, por assim dizer, dá crédito às ciências ? De fato, pode-se falar, em filosofia, da possibilidade de demonstração, no sentido estrito ? Certamente as demonstrações são familiares àqueles que se dedicam, por exemplo, à lógica matemática, mas já é difícil não ver nessa atividade mais um alargamento da matemática que uma ilustração da “démarche” típica da filosofia. Aliás, não nasceram as ciências — a física no século XVII, a química no fim do século XVIII e a biologia no século XIX — no momento em que se encontrou o meio de substituir as especulações filosóficas por problemáticas susceptíveis de permitir uma progressão demonstrativa do pensamento ?

O que resta então, à filosofia se lhe é negada no conjunto o recurso à demonstração ? É aqui, talvez, que mais divergem os filósofos, mas parece-me que o filósofo é aquele que sensibiliza, aquele que faz ver, que chama a atenção para o que cada um pode ver por si mesmo, com a

condição de desejar deter-se em certas questões, com a condição de pretender entregar-se àquilo que, para o pensamento técnico, parece uma espécie de ascese. Exemplos? Será fácil ir buscá-los nos fenomenólogos, nos filósofos da intuição. Vamos, antes, para melhor avaliar a capacidade dessa maneira de compreender as coisas, até Kant, o próprio símbolo da filosofia rigorosa, se é que ela existe. O idealismo transcendental, convenhamos, não pode ser considerado, hoje, como o ponto de partida de uma nova ciência demonstrativa visto que, para utilizar um critério do próprio Kant, tornou-se uma teoria entre outras na arena do saber filosófico, teoria que não deixou, aliás, de receber severas refutações. É preciso, então, buscar não mais no rigor demonstrativo mas fora dele, o mérito do pensamento kantiano. Parece-me que é, sob este aspecto, que ele nos torna sensíveis a certas coisas que, doravante, já não passarão despercebidas. Depois de Kant, qualquer que seja a atenção que se dê a esse filósofo, já não se pode perceber, como antes, a relação do sujeito com o mundo. Podia-se, até Kant, falar, sem o menor embaraço, das "coisas em si". Seja para dizer que é possível conhecê-las, ou para sustentar que o conhecimento que se tem delas é contaminado por inexatidões, parece-me que ninguém se lembrava de perguntar se há um sentido para um conhecimento humano (e não divino), de confrontar-se a uma coisa em si que não tem por definição nada de comum com ele e que, aliás, só pode ser suposto a partir dele. Depois de Kant, não se pode omitir essas questões. Kant, neste aspecto nada provou; atraiu nossa atenção para nossa própria finitude, como Bergson para certas diferenças que somos levados a esquecer, entre o tempo tal como o vivemos e o espaço tal como nos é dado, ou como Merleau-Ponty atraiu nossa atenção sobre o papel do nosso corpo na elaboração de nosso conhecimento. Todos esses filósofos referem-se a uma experiência vivida, mas não a uma experiência particular, a uma experiência vivida mais ou menos intensamente por todos os homens e, por isso, comunicável.

Poder-se-á, então, traduzir a coisa dizendo que o filósofo é o homem da expressão, tenta ele fazer-nos ver as coisas antes mesmo que elas sejam banalizadas pelo uso. A ciência utiliza uma noção de tempo muito banal, a do tempo situado no eixo das abscissas; o filósofo, como Bergson, tenta exprimir toda a riqueza desse tempo vivido que foi esquecido em benefício do tempo homogêneo da ciência. Fazendo isso, não prova nem demonstra nada, atrai a atenção para o que se perdeu o hábito de observar em nós ou a nossa volta. A partir de Sócrates, cuja maiêutica ajudava somente a descobrir aquilo que já se sabia — estaria aí, talvez, o sentido sempre válido da idéia de reminiscência, — os filósofos ter-se-iam, pois, geralmente consagrado — quer se tratasse de esclarecer a ambigüidade de um valor

moral como a justiça ou de recordar, falando do ser, certa densidade das coisas — a exprimir essa riqueza da experiência vivida que escapa ao espírito distraído pelas exigências de sua atividade.

Entretanto, alguma coisa nos constrange, ainda, nessa maneira de refletir. Se, com efeito, o filósofo é o homem da expressão, ele partilha isso com o artista, em particular com o poeta que também pretende ceder os seus sentidos ao seu leitor, torná-lo sensível a uma profundidade de coisas que lhe eram, até então, inacessíveis. Sendo assim, concluiríamos que o filósofo não é nada mais que um poeta que escreve bastante mal, que se contenta com dizer prosaicamente aquilo que outros sabem dizer com força ou com graça. Assim como se tornava figura mesquinha quando se queria fazê-lo passar por sábio, assim arrisca manifestar certa falta de graça quando se pretende colocá-lo entre os mestres da expressão.

Afinal, dever-se-á precisar melhor o sentido de sua contribuição. Digamos, sempre sem rigor, que buscando alcançar e traduzir a experiência vivida, deve fazê-lo com toda coerência e, para isso, deve responsabilizar-se, em princípio, por tudo o que pode perturbar a concepção que propõe.

Ainda uma vez, um exemplo será mais elucidativo. Sabe-se que Proust escreveu sobre o tempo páginas admiráveis que são, tanto quando muitas páginas filosóficas, uma expressão profunda de experiência humana do tempo vivido. Ora, acontece que, na mesma época, Bergson continuava a pôr em evidência uma nova maneira de compreender a temporalidade. Que diferença existe entre essas duas obras que recorrem da mesma forma, a uma experiência vivida? Um critério quase operatório poderá ser utilizado aqui como resposta.

Haveria seriedade em escrever, hoje, um artigo que criticasse a obra de Proust, nesses termos: "Esse romancista não utiliza, em sua análise do tempo as novas dimensões abertas por Einstein que, contudo, desenvolvia a teoria da relatividade em sua época!" Vê-se, logo, o ridículo dessa crítica, porquanto se sabe que não é este o mérito de Proust. Proust é um artista e não filósofo: sua obra apresenta-se por si mesma, como um quadro, à adesão de um público. Não se dá o mesmo com a obra de Bergson: é perfeitamente legítimo, e não se tem deixado de fazê-lo, perguntar como seu pensamento se articula com o de Einstein. Sua resposta, certamente, pareceu a muitos insatisfatória, talvez a ele mesmo, mas o importante, aqui, é ver que, com isso, um debate abre-se pela segunda vez. Doravante, se é impossível já não perceber o que Bergson nos faz ver, a síntese que ele propõe não destrói inteiramente nossa inquietude, pois o filósofo tem obrigação de dar garantias de tudo, se pretende esclarecer a coerência da

experiência humana. Talvez, em muitos dos casos, não poderá responder ou pedirá alguns momentos, alguns anos de reflexão, mas sua obra só tem sentido em função do encaminhamento que conduz à coerência exigida. É isso que era importante sublinhar para determinar sua natureza em relação à do artista.

Vê-se, aqui, o que significa a espécie de universalidade tantas vezes ligada à idéia de filosofia: o filósofo não é uma enciclopédia e não há um grão sequer de filosofia nas enciclopédias. Vimos, acima, que certas questões filosóficas surgem do confronto de diversos aspectos da experiência humana e acabamos de ver, aqui, que a filosofia não aspira a responder a tudo o que se disse antes dela, mas a estar quite não somente com todas as ciências, mas com todas as atividades do homem, pois ela quer, acima de tudo, encontrar nela mesma uma coerência suficiente. A partir daí, impõe-se a questão:

QUEM ESTARÁ QUALIFICADO PARA FAZER OBRA FILOSÓFICA ?

Dissipemos inicialmente um equívoco: o que faria do filósofo, graças à distância que ele toma em relação a tudo, um homem mais qualificado para falar das ciências ou das artes que os próprios cientistas ou artistas.

É inacreditável possa alguém ter-se iludido a esse respeito, se pensarmos que o essencial do progresso feito pelos filósofos no que diz respeito às ciências, foi posto em evidência por homens de ciência e não por filósofos. Foram os físicos que primeiro tomaram consciência de que "construíam seu objeto" muito antes de os filósofos pensarem em refletir sobre tal assunto. Do mesmo modo, pintores e poetas haviam compreendido a importância da ruptura dos quadros estéticos tradicionais muito antes de os filósofos se aventurarem a ampliar a este setor seu campo de interesse.

A verdade é que há muitas contribuições possíveis à compreensão da experiência humana. É claro que são cientistas como Planck ou Heisenberg os melhores qualificados para revelar a um público leigo, o alcance exato de sua atividade científica. São também os cientistas que, como Poincaré, consagraram grande parte de sua obra a considerações filosóficas, que chegaram a elaborar uma filosofia das ciências, dela fazendo uma peça decisiva de toda epistemologia. Contudo, não é inútil que filósofos como Brunschvicg, bastante familiarizados com o pensamento científico, mas em contato constante com as grandes elaborações da filosofia ocidental, proponham uma concepção mais ampla da experiência do

conhecimento causal no homem. Enfim, um filósofo como Merleau-Ponty que utiliza, como todos os outros, os resultados dessa filosofia das ciências e que sobretudo, deve aos psicólogos e aos lingüistas uma paciente valorização de perspectivas inteiramente novas, pode traduzir de maneira ao mesmo tempo rica e coerente a experiência da percepção. O filósofo deve tudo aos homens da ciência, mas no caso evocado é difícil não reconhecer em Merleau-Ponty uma análise da percepção (e portanto do conhecimento) mais satisfatória para o espírito que a um Heisenberg se contenta em evocar não sem alguma rigidez, no curso de sua análise.

É com essa pergunta que pode desenvolver-se a compreensão das questões filosóficas. Aliás, os esforços individuais nunca produzem obras acabadas, mas oferecem, ao contrário, material que será posto em questão, discutido, triturado pelos filósofos, cientistas, artistas, polemistas, enfim, por todos aqueles a quem elas dizem respeito e que contribuem, assim, para filtrar uma tradição filosófica e dar às obras a aparência que elas nos apresentam: já não se pode ler Descartes sem ter presente ao espírito o fato de que suas elucubrações científicas, sua estética sumária e seu dualismo filosófico tenham sido censurados, sem ter presente ao espírito a renovação feita, pela tradição filosófica, de seu cogito. É nessa espécie de "dialética" da produção filosófica que se esboça um autêntico progresso do pensamento filosófico, progresso que nos permite ver em Descartes um gênio, evidentemente, mas com a condição de situá-lo no desenvolvimento do pensamento ocidental. A filosofia alimentada por uma experiência analisada pelos cientistas ou evocada pelos artistas esforça-se por traduzir de maneira coerente o conjunto dessa experiência, porém ela só pode fazê-lo com a condição de constantemente voltar às origens que a alimentam.

É evidente, então, que a filosofia só se poderá dizer séria na medida em que conceder maior atenção aos dados e aos métodos das diversas ciências. Poder-se-ia acreditar por curiosa ilusão de óptica, que aí está a especificidade da filosofia contemporânea. Exame mais sumário nos convencerá, porém do contrário: Platão era um dos grandes matemáticos da Antigüidade e Aristóteles o mestre da "ciência" de seu tempo, conheceu-se a importância científica de Descartes ou de Leibniz; lembremos, ainda, que Berkeley estudava a ótica e a matemática, que Hume se fez historiador, que Spinoza é reconhecido como um dos antepassados da exegese científica, que Kant se interessava muito pela geografia, pela antropologia e pelas diversas ciências físicas e biológicas de seu tempo etc. É surpreendente ver como foram profundamente engajados na atividade científica de sua época homens que o tempo e a tradição universitária se encarregaram de converter em representantes típicos da "filosofia pura". Não nos admiremos,

então, de ver os filósofos mais criadores de hoje não conseguindo separar sua contribuição da dos cientistas: tem sido sempre assim. Pouco importa que uma obra filosófica se nutra quase essencialmente de dados científicos ou que ela se aparente, em muitos aspectos, à criação artística; ela será filosófica se conseguir através de tudo isso tornar o leitor sensível a certos aspectos de uma experiência humana que lhe é diretamente acessível mas que se arriscava a permanecer despercebida e se propor uma representação coerente do conjunto dessa experiência humana.

Quem estará, então, qualificado para uma “*démarche*” filosófica? O cientista? O especialista? Talvez, caso ele aceite essa “*démarche*” da qual o próprio exercício de sua especialidade fez-lhe perder o hábito; se conseguir alcançar em profundidade — coisa que certamente não lhe é proibida — esses outros dados humanos frente aos quais poderá situar sua própria experiência. Contudo, nesse caso, já não se falará mais de especialista. O matemático Husserl torna-se filósofo. O matemático é esquecido: dá lugar ao filósofo que no fim de sua vida lançará os marcos de uma filosofia da história sem ter sido historiador. Impossível estabelecer a respeito disto uma regra precisa: muitos dos caminhos conduzem à filosofia ou mais exatamente, muitas tentativas intelectuais levam pouco a pouco à filosofia e não é no plano da divisão das disciplinas que se deve apreciá-los.

O tipo de filósofo descrito até aqui não é certamente marginal: vimos que muitos grandes pensadores pertencem a ele, na medida em que seguiram um caminho pessoal que os situou na confluência das ciências e da filosofia. Contudo, tal caminho não se encontra na maioria dos que se qualificam de “filósofos profissionais”. Que significa, então, em relação a essa concepção da filosofia, a licenciatura em filosofia? É pensando certamente, nessa licenciatura em filosofia que se põe a questão “Por que os filósofos”? Nunca se poderá impedir um matemático, como Husserl, de ampliar seus interesses para as questões qualificadas de filosóficas: pode-se somente perguntar se é pertinente pagar milhões de dólares para permitir a um contingente de jovens licenciados em filosofia de se tornarem os distribuidores do pensamento filosófico.

De fato, senão de direito³, os que saem de uma faculdade de filosofia e pretendem fazer obra propriamente filosófica devem ensinar a filosofia às pessoas que não são futuros filósofos. Embora todos os grandes filósofos não saiam, e vimos o porquê, das faculdades de filosofia, parece evidente que um contato freqüente com os mestres de filosofia e uma confrontação constante com os problemas filosóficos preparam melhor aos que pretendem ensinar os estudantes a filosofar que os estudos de matemá-

tica ou de história. Nenhum matemático segue o caminho de Husserl, sobretudo no início de sua carreira, enquanto que todos os licenciados em filosofia deveriam, em princípio, confrontar-se longamente aos problemas como aqueles que Husserl enfrentou; mesmo se, dificilmente podem esperar contribuir como Husserl, para o avanço do pensamento filosófico sem se impregnar, como ele, do espírito da matemática ou de outra disciplina. Existem, pois, “filósofos profissionais” (em oposição, se quiserem, aos mestres de pensamento da humanidade, que estão acima de todas as distinções acadêmicas e profissionais) na medida em que se julga útil iniciar por eles na “démarche” filosófica, os que serão convocados a exercer outras funções.

Teria sido possível fazer essa observação sem passar por todos os desenvolvimentos precedentes, mas esses últimos eram necessários para responder à nova questão que, aliás, é colocada por esta observação.

COMO PODE A FILOSOFIA AUXILIAR AQUELES A QUEM OS FILÓSOFOS PRETENDEM ENSINAR ?

Pode-se concluir, do que foi visto, que a filosofia é uma atividade intelectual legítima e muito importante, mas que conviria deixar a cada homem, desde que lhe seja dada formação necessária no plano científico, artístico, político etc., o encargo de elaborar por si mesmo sua própria filosofia, uma vez que ela só tem sentido relacionada à experiência concreta desse homem.

Se o professor de filosofia apresenta-se como aquele que ensina a síntese mais ou menos hermética de determinado filósofo ou ainda como aquele que expõe dogmáticamente sua pequena filosofia pessoal, os futuros médicos ou futuros antropólogos a quem ela se dirige poderiam, e com razão, julgar tal exercício vão e pretender que, quanto a eles, preferem sua maneira pessoal de situar as questões abordadas. Será melhor, então, caminhar nesse sentido, e antes de propor aos estudantes uma filosofia acabada convidá-los a examinar lucidamente e à luz de sua própria experiência, as questões que eles correm o risco de escamotear. “Cada homem é filósofo”, certamente, na medida em que procura pensar sua experiência com alguma coerência, mas pode sê-lo de maneira sumária, até mesmo simplista. O professor de filosofia terá, então, por tarefa, não ensinar uma filosofia cuja aprendizagem não tem interesse, mas ensinar a filosofar. Muitas vezes se tem empregado a fórmula: o que significa ela ? Visto que todo homem, em particular se começa uma carreira intelectual, é forçado a elaborar sua própria “filosofia” das coisas, o importante será fazê-lo o menos mal possível. Ensinar os estudantes a filosofar, é convidá-los a pensar por eles mesmos, sugerindo-lhes, não esquecer, no momento de fazê-lo, certos dados que os filósofos, os cientistas, os artistas procuraram esclarecer e que dão à questão toda sua complexidade como toda a sua dimensão. Ensinar a filosofar não é, então, apenas ajudar a tomar consciência das questões fundamentais em toda sua amplitude, mas é, também, sugerir elementos de solução; é elucidar noções ambíguas; é lembrar, de modo pertinente, a “démarche” de determinado filósofo no momento em que ele encontra uma questão

claramente colocada por todos; mas é, sempre, ajudar o estudante a ver mais claro em sua própria situação, digamos do intelectual do Québec do século XX.

É fácil, talvez, estar de acordo a respeito desse ideal, mas na prática é muito difícil realizá-lo e não contrariá-lo. Ensinar, por exemplo, a filosofia de Heidegger aos principiantes, parece-me um empreendimento de deformação do espírito que prejudica o ideal proposto (não que o pensamento de Heidegger me pareça sem importância; quanto mais o leio mais certeza tenho de que, em breve, compreenderei alguma coisa dele). Parece-me que é preciso estimular constantemente os estudantes a nunca dizer ou escrever nada (sobretudo no exame) de que não se sintam profundamente convencidos; é preciso incitá-los a um máximo de clareza e de rigor de pensamento. Se a filosofia só tem sentido ao tornar coerente nossa experiência, parece-me que ela não pode sobreviver à obscuridade ou à confusão.

Uma das tarefas mais urgentes do professor de filosofia será, assim, a de favorecer uma espécie de respeito à palavra: sem dúvida, as ciências nos habituam à precisão das palavras mas arriscam-se a nos fazer crer que fora delas, onde não se aplicam os mesmos critérios, é permitido dizer qualquer coisa. O filósofo que visa à coerência no conjunto de sua experiência, só poderá conseguir isso com a condição de não ser vítima de suas próprias palavras. Tem-se insistido, freqüentemente, sobre essa necessidade de refletir sobre sua própria expressão. É Kant quem dizia que a preocupação da filosofia é "mais de podar que de fazer proliferar os ramos exuberantes"⁴.

Ensinar a filosofar, é um pouco de ensinar a se defender contra a magia das palavras e aqui, ainda, a filosofia pode fazer-se às avessas. Há, com efeito, um singular perigo que nos ameaça que é o de construir sobre o que chamarei os subprodutos da filosofia. Todo filósofo para responder de maneira satisfatória às grandes questões que lhe são colocadas é impelido ao emprego de certos conceitos que, como se sabe, correm o risco de falsificar seu pensamento, mas de todo modo, é obrigado a usar (tentando neutralizar seus efeitos desagradáveis) se não quer ser reduzido a não dizer nada. É assim, por exemplo, no conceito de "carne do mundo" ("chair du monde") na última filosofia de Merleau-Ponty; aqui o caso é evidente mas acredito que isso acontece muitas vezes. Que ilusão então, considerar essas coisas como dados e despender sua energia e fazer projetos a esse respeito, sem tomar o cuidado de comparar essas noções às questões que lhes dão valor. Eis porque desconfio sempre quando me falam do ser-ao-mundo ("être-au-monde") e do ego transcendental como se me falassem de um cachimbo ou de um gato. Ensinar a filosofar é um pouco de "desaprender a filosofia", ou mais exatamente, habituar-se a tomar frente às filosofias mais fascinantes, a distância necessária para reassumir o essencial delas,

quer dizer, para ver o que nelas não somente oferece um verniz de cultura, mas facilita uma resposta pessoal às questões que nos coloca a vida de cada dia.

Objetar-se-á, talvez, a essa maneira de ver o ensino da filosofia, que ela corre o risco de destruir na origem a possibilidade de pesquisa para o professor. Elaborar um curso sobre a filosofia digamos sobre “quarto” Husserl, em vez de um curso centrado sobre questões fundamentais encontradas cotidianamente, não permitiria ao professor fazer progredir as pesquisas às quais os estudantes poderiam estar associados para seu maior proveito? Pode ser, mas duvido que isso responda muito bem às angústias dos futuros advogados a quem o professor de filosofia se dirige. Em todo caso, parece-me que isso significaria negligenciar as possibilidades infinitas de pesquisa oferecidas por um curso centrado sobre as questões que colocam efetivamente, os estudantes. Tal curso, com efeito, será tanto mais válido quanto mais se ofereça como um esforço para iniciar os estudantes em uma maneira filosófica de pensar os problemas que, com certeza, ultrapassam consideravelmente aqueles que poderiam ser levantados por ocasião daquele curso. Ora, nenhuma pesquisa me parece mais proveitosa que aquela que estuda um autor, não para ver como se articulam as singularidades de seu pensamento, mas para ver que estas só eram no fundo o resultado de um esforço genial para responder a questões que todos nós colocamos. Para fazer um curso de introdução à filosofia que aborde entre outras questões, a da verdade (questão facilmente — se é que existem questões fáceis — ligada às contradições cotidianas da vida de um intelectual), será necessário não tanto expor o pensamento de Kant, mas tê-lo presente ao espírito no momento de analisar a noção. Nunca se estudará bastante seu pensamento para esgotar a noção. Nunca se estudará bastante seu pensamento para esgotar a pesquisa exigida por tal curso. Em filosofia, a pesquisa não é solidária da especialização.

Seja como for, parece-me que os cursos de filosofia dirigidos a pessoas que não serão filósofos, mas cujo pensamento e, eventualmente a ação, não deixarão de ser penetrados pela filosofia, somente são justificados na medida em que procuram estimular a elaboração de um pensamento, talvez não muito original, mas pessoal. Poder-se-ia, certamente, justificar de outro modo um curso de filosofia: todo homem culto deve ter ouvido falar do mito da caverna ou da dúvida cartesiana, das noções de lógica formal hoje tão necessárias à compreensão de certas disciplinas. Tudo isso é exato. Contudo, se um curso é mais orientado para o conteúdo filosófico do que para um convite ao filosofar, sinto-me incapaz de contestar aqueles que desejariam suprimir os cursos de filosofia. Um especialista

de filologia grega poderia dar a conhecer o patrimônio cultural do pensamento grego de Platão ou de Sófocles. Um curso de história literária poderia integrar as grandes linhas do pensamento de Descartes, tanto quanto as de Montaigne ou de Pascal. O professor de matemática exporia muito bem um curso de lógica formal etc. Se há uma tarefa que compete ao professor de filosofia, é a de ajudar os estudantes a pensar com coerência o conjunto de sua experiência de homem.

Tudo isso, porém, levanta problemas pedagógicos bastante claros; evoquemos alguns deles para concluir.

QUE MÉTODOS PEDAGÓGICOS PRESSUPÕE O ENSINO DA FILOSOFIA ?

É evidente que somente esta questão demandaria um longo estudo. Deter-me-ei em apenas três pontos: a “filosofia quebequiana”, os “os cursos com participação” e o “programa”.

Já há alguns anos, a “filosofia quebequiana” é um tema sobre o qual muito se tem discutido. Trata-se, em suma, de substituir as meditações desencarnadas sobre o pensamento de um filósofo que viveu além-mar por uma reflexão sobre os numerosos problemas colocados por nosso meio. A reivindicação parece justificar-se. Opõe-se a esta, contudo, outra reivindicação que também pode ser justificada. Toda filosofia visa ao universal, por isso não há razão para que o conhecimento ou a percepção contenham aspectos propriamente quebequianos, para que a liberdade individual do “quebequense” se choque a determinismos diferentes daqueles a que outro homem é confrontado. O que sucede, então, ao perigo de uma filosofia desencarnada? Parece-me muito atual, mas extrapola o quadro do caráter nacional. O jovem parisiense que se perde em elucubrações sobre a noção de nadificação em Sartre arrisca-se também, e já foi censurado por isso, de cair numa filosofia desencarnada. O fato de que fala Sartre de um “garçon” de café e que nosso homem tem, muitas vezes, a ocasião de flunar nos cafés de Saint-Germain, não modifica em nada a questão. Essa filosofia será desencarnada se ela voltar-se para um conteúdo conceitual, sem conceder prioridade às questões concretas que levaram Sartre a apelar para essa noção um tanto esquisita. Se, ao contrário, conceder-se prioridade não ao “sartrismo” como objeto de pensamento, mas aos problemas que o fizeram nascer, há muitas chances de que esses problemas sejam naturalmente esclarecidos em situações nossas e expressivas para um quebequense.

Se, por exemplo, a idéia de justiça deve ser estudada a partir de um conflito sindical, a “démarche” do filósofo se pretenderá universal e

não quebequiana. Mas, já que é importante elucidar essa “*démarche*” por meio de exemplos, será inteiramente natural evocar o conflito de Asbestos, ou mais perto de nós, a greve dos professores ou a dos empregados da Seven-Up. Isso não significará fazer filosofia quebequiana; mas é possível que o debate sobre essa questão traduza antes de tudo o mal-estar que provém do fato de a filosofia tender a omitir freqüentemente sua razão de ser, refugiando-se no estudo, considerado intocável, de um autor consagrado (logo, estrangeiro). Se se visam mais a pôr em funcionamento um ensino que respondesse às questões efetivamente colocadas pelos estudantes (quebequenses na sua maioria), pode ser que a filosofia quebequiana se desenvolvesse também, ou mais exatamente, que o problema.

Outro debate, mais recente, mais rumoroso situa-se no prolongamento do mesmo mal-estar, eu quero falar desse dos cursos-participação. Esse problema ultrapassa os quadros do ensino da filosofia. Em filosofia, toma uma importância toda particular o fato de que esta não pode ser um saber que o “*magister*” poderia transmitir tranqüilamente do alto de sua tribuna. Entretanto, não seria preciso acreditar que isso supõe que o professor não tenha nada a anunciar, que cada estudante propõe seu ponto de vista e que todos os pontos de vista se valem; que as questões em estudo são aquelas que provocam os estudantes; que o curso só deve ser para eles uma ocasião de colocar essas questões e de fazer valer esses pontos de vista. Se o curso visa a provocar o que os estudantes fazem espontaneamente nos corredores esperando os cursos, M. de la Palisse concluiria disso que valeria mais suprimir decididamente os cursos. A justificação da nova pedagogia parece-me encontrar-se noutra lugar. Independentemente de seus fundamentos mais gerais, em filosofia ela deve apoiar-se sobre o fato de que os desenvolvimentos do professor que são raramente tão esclarecedores como aqueles de um bom livro, são rigorosamente vãos se não são para os estudantes, os índices ou os dados dos quais eles devem saber se servir para elaborar seu próprio pensamento. Ora, é precisamente a partir de tal elaboração pessoal que o pensamento tomará toda sua densidade, que a comunicação colocará todas suas exigências. Já não poderá ser questão de um ensino tramado de fórmulas vazias que penetram docentemente nas orelhas apáticas, indiferentemente abertas ou fechadas a todo discurso. A participação será um esforço coletivo para que todos retenham aquilo que merece ser retido, uma ocasião única de verificar à prova de comunicação, as fórmulas dos quais o pensamento isolado arrisca-se sempre de se servir como de um jogo privado, pois inútil e insignificante. É preciso, evidentemente, evitar a precipitação que seria refúgio da facilidade e correria o risco de comprometer a experiência. Mas, o que se impõe é considerar as novas

formas de cursos, não como uma concessão a fazer às reivindicações dos estudantes, mas como ideal a seguir, um desafio a aceitar graças a uma intensa colaboração estudantes-professores. Em filosofia, em particular, a comunicação será sempre um desafio mas ao mesmo tempo, parece-me, a única garantia de validade.

O terceiro ponto que conviria estudar é, evidentemente, o programa. O risco aqui, é fechar os olhos para os problemas atuais no entusiasmo que se põe a combater aqueles que nos oprimiam há dez anos. Com certeza há ainda regiões onde... Isso não é razão para sacrificar o que me parece ser a maioria dos meios filosóficos, onde a liberdade de pensamento não é um problema sério onde, em todo caso, ela não é posta em questão pelos rigores de um programa. Penso que a confusão que parece reinar atualmente no ensino da filosofia, onde cada um faz o que lhe parece melhor, nos ameaça muito mais. Os adversários do ensino da filosofia compreenderam-no bem: este deverá apresentar-se num programa fixo correspondente a seus objetivos ou praticar o haraquiri. É surpreendente que se aceite tão facilmente oferecer o seu lugar a um ensino do qual ninguém pode dizer ao certo o que ele é, ao que visa, a quem serve. Dever-se-ia, então, definir um programa mais preciso e mais imperioso? Poder-se-ia duvidar da eficácia da medida.

Irei, então, mais longe e direi que se poderia até mesmo considerar como solução, esta de um exame único para o conjunto da província, fixando-se, uma série de amplas questões determinadas por um grupo de professores democraticamente escolhidos para esse fim, e corrigidas eventualmente por professores diferentes do titular do curso. Eu sei que essa fórmula evoca uma época sombria, mas se pretendemos reconhecer que a filosofia não é conteúdo a ensinar, mas "capacidade de refletir inteligentemente sobre as questões", parece-me que tudo fica mudado. Não se trataria de saber se este ou aquele expôs efetivamente, as vinte e quatro teses tomistas ou nietzschianas, mas de saber se se pode formar estudantes capazes de refletir com inteligência sobre algumas grandes questões previamente estabelecidas, não por uma autoridade administrativa mas por professores de filosofia. Eu não teria, com certeza, a pretensão de propor essa maneira de fazer como que um remédio para todos nossos males. Muitas das considerações psicológicas, sociológicas, pedagógicas fundadas, seja sobre a situação atual, seja sobre aquela que preparará a renovação pedagógica de amanhã, poderiam ser invocadas o que talvez, acentuaria as dificuldades de sua aplicação prática. Quero apenas exprimir concretamente, aqui, um ideal que é, ao mesmo tempo, uma exigência imperiosa: o ensino da filosofia deve levar alguma coisa precisa aos estudantes e à sociedade.

Se, por todas espécies de razões, a elaboração de um programa não for suficiente para realizar tal ideal, é preciso então, me parece, examinar a possibilidade de tal tipo de prova ou de qualquer outra medida que se revelaria mais adaptada para realizá-lo.

De minha parte, tenho muito prazer em explicar a meus alunos (curso de elementos de filosofia para estudantes vindos do décimo segundo ano) que meus exames são corrigidos por estudantes corretores do mestrado, visto haver aí uma garantia de validade; não poderei ensinar-lhes minhas pequenas teorias, meus tiques e minhas manias das quais não há o que fazer: eu só posso convidá-los a refletir sobre os problemas com o máximo de personalidade possível, sabendo que outros se encarregarão de apreciar-lhes o esforço. Não veria minha liberdade de pensamento limitada em nada, pois essas questões eram escolhidas por meus colegas, apenas veria a de meus estudantes gozar com uma garantia suplementar.

Em todo caso, confesso que chego a sonhar com o dia em que me seria permitido responder a quem me consultasse sobre o interesse de nosso trabalho para os nossos professores de filosofia: "Somos homens que tentamos, cada qual à sua maneira, compreender nossa própria experiência, principalmente, somos os primeiros formados no contato com o pensamento de Marx, de Merleau-Ponty, de Kant, de Aristóteles ou de outro filósofo; tentamos compreender tanto quanto possível, todas as grandes correntes do pensamento de nossa época e entendemos não ter nada a sacrificar de nossa liberdade de pensamento; porém, nos comprometemos a ajudar os próprios estudantes que vivem de experiências extremamente discordantes, a fazer face com largueza de visão e personalidade a umas vinte questões determinadas por nós, mas das quais reconheceremos a importância para todo homem. Aos futuros profissionais que um pouco corrompidos pelas exigências das respectivas disciplinas não 'querem saber nada' dessas questões, queremos sugerir que vale mais se debruçar lucidamente sobre esses problemas que levar deles uma resposta simples capaz de falsificar o conjunto de seu pensamento, e mesmo de seu comportamento. É este aí o objetivo de nosso ensino e o objetivo de nossas exigências: convida não a retomar ao fim de um semestre o que se reteve do falatório de um professor, mas a dissertar com bastante inteligência sobre uma dessas questões, para que um professor, qualquer que ele seja, (a quem dispensamos certa riqueza de conhecimento) possa dar-se conta que o estudante em causa foi levado a refletir bastante seriamente sobre essa questão". Ora, para o momento não posso responder nada de preciso a quem me interroga sobre o interesse do ensino da filosofia em Québec, a não ser lhe lembrar que, enfim, conquistamos uma liberdade de palavra tal que quase é possí-

vel se dizer qualquer coisa nesses cursos, o que o deixa bastante perplexo... e a mim também.

Esses poucos propósitos não pretendem, de modo algum, levar soluções aos problemas que eles evocam. Seria preciso, aliás, fazer-se uma idéia bem flexível da importância desses problemas. Eles sugerem primeiro, alguns pontos que deveriam ser estudados e experimentados antes que, de minha parte, possa responder de maneira que me pareceria satisfatória, à questão que não se pode evitar: por que ensinar a filosofia? Visto que, em nome de todos ninguém pode responder a essa questão, cabe a cada um esforçar-se por fazê-lo fim de que pouco a pouco se precise quais seriam os objetivos mais gerais daqueles que, por sua parte, se dedicam a uma atividade que lhe é cara, mas da qual todos se perguntam o que é ao certo essa disciplina da qual os adeptos pareçam não partilhar nada com o outro, senão essa velha palavra usada noutro tempo que designava "o amor à sabedoria".

NOTAS:

(1) Conhecemos os pequenos livros de J. F. Revel e de Piaget sobre a questão. (As citações completas de ambas as obras são as seguintes:

J. F. Revel, Pourquoi des philosophes? éd. Jean-Jacques Pauvert, 1957.

Jean Piaget, Sagesse et Illusions de la Philosophie, Paris, Presses Universitaires France, 1ª edição, 1965.)

(2) Seria muito longo aqui fazer uma lista crítica de artigos muitas vezes bastante pertinentes que, publicados em Québec nesses últimos anos, contribuíram para precisar uma ou outra dessas questões.

(3) Não abordarei aqui o problema dos outros tipos de licenciados, teoricamente possíveis, em virtude precisamente de seu caráter ainda muito "teórico"; este fato não deixa de ser, contudo, muito importante.

(4) Em "Mediação", Filosofia da História, p. 72. (Essa passagem é extraída de uma resenha publicada por Kant em janeiro de 1785 em Jenaische allgemeine Literaturzeitung e intitulada "Resenha da obra de Herder: Idéias de uma filosofia da história da humanidade.") (Nota do tradutor)